



Tributação

## Disparada de JCP alerta para comportamento de contribuinte

José Roberto Afonso aponta antecipação de movimentos a partir de simples estudos e diz que reforma tributária não é neutra

### Disparada de JCP alerta para comportamento de contribuinte

*José Roberto Afonso aponta antecipação de movimentos a partir de simples estudos e diz que reforma tributária não é neutra*

Por Lu Aiko Otta — De Brasília – VALOR 21/11/23 - A disparada da distribuição de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) vista neste ano, após o início das discussões no Congresso Nacional sobre a extinção ou restrição do mecanismo, é um alerta sobre problemas que podem ocorrer na implantação da reforma tributária, disse o economista José Roberto Afonso.

“É preciso alertar as autoridades públicas que os contribuintes vão antecipar as decisões que possam vir a ser tomadas”, comentou o professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) em entrevista ao **Valor**. “Não existe transição longa no capitalismo moderno, pois as empresas valem hoje o quanto acham que vão valer no futuro.”

A reforma tributária, disse ele, não é neutra do ponto de vista dos setores. Aqueles que serão mais afetados, como o de serviços, poderão se antecipar na adoção de estratégias que os defendam de um eventual aumento de carga tributária. Residente em Portugal, Afonso nota a crescente chegada de empresas brasileiras do setor de tecnologia da informação, por exemplo. “O pessoal que já tinha interesse em sair do país vai acabar saindo”, disse.

Também há preocupação com o que pode ocorrer, por exemplo, quando o governo iniciar as discussões sobre a cobrança de Imposto de Renda sobre distribuição de dividendos. O governo pretende enviar essa proposta ao Congresso Nacional em 2024. Quando esse debate foi levantado em 2021, houve antecipação da distribuição de dividendos.

**“JCP é vanguarda, não é  
essa jabuticaba que falam”**

Na área técnica do governo, o movimento do JCP é visto como uma decorrência natural dos debates. É algo que já se viu em outros momentos, como na discussão sobre tributação dos dividendos no governo passado. Porém, avalia-se que uma atitude preventiva das empresas em relação à reforma tributária seria mais difícil de ocorrer, porque nesse caso seria necessário a empresa reorganizar sua operação. É diferente do que ocorre no Imposto de Renda, em que os movimentos preventivos requerem apenas estratégias corporativas.

Afonso e a diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) Vilma Pinto levantaram dados sobre o comportamento do JCP em comparação com a arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para produzir um artigo para a revista Conjuntura Econômica, intitulado “The day before” (“O dia anterior”, em inglês). Eles fizeram um paralelo entre o comportamento das empresas diante da perspectiva de mudança do JCP e o que pode acontecer com a reforma tributária antes mesmo da implementação das mudanças.

## Consequências vêm antes

IRPJ + CSLL comparado com JCP

Variação média móvel em 12 meses (real). Em %

● IRPJ+CSLL ● JCP Total (Capital e remessas)



Fontes: Receita Federal e Tesouro Nacional. Elaboração: José Roberto Afonso e Vlávia Pinto.



No artigo, eles mostram que as retenções do IR relativas ao JCP dispararam após o início das discussões sobre eventual mudança, num movimento oposto ao das receitas tributárias. De janeiro a setembro deste ano, as retenções de IR atreladas à distribuição de JCP cresceram 20,4% (distribuição doméstica) e 22,4% (remessas ao exterior) sobre igual período do ano passado. Já as receitas do IRPJ e da CSLL caíram 26,3% e 18,6% no mesmo período de comparação.

O **Valor** trouxe, no último dia 7, levantamento da fintech Meu Dividendo que aponta para o mesmo comportamento. A distribuição de JCP atingiu R\$ 82,25 bilhões de janeiro a outubro deste ano, 31% a mais do que no ano passado inteiro. Na avaliação de Afonso, a distribuição de JCP, inclusive ao exterior, pode ter sido feita com recursos oriundos de lucros obtidos em anos anteriores e que estavam retidos na empresa para, eventualmente, capitalizá-la. Assim, é possível que as empresas estejam se descapitalizando em função desse planejamento. “Estão descapitalizando o país para fugir do aumento do JCP”, acrescentou.

O economista avalia que o JCP pode ser aprimorado, mas acha que o mecanismo não deveria acabar, pois é uma forma de equalizar os investimentos das empresas via empréstimos com aqueles feitos com capital próprio. Na Europa, contou, países emergentes têm mecanismos semelhantes e foram contra a iniciativa de criar uma regra uniforme para todo o bloco. “JCP é vanguarda, não é essa jabuticaba que falam”, afirmou.

As remessas do JCP não são, porém, explicação para o comportamento do IRPJ e da CSLL este ano. Na visão de Afonso, são pelo menos dois fatores diferentes que explicam a queda nessas receitas. O primeiro é a base de comparação. Em 2022, esses dois tributos tiveram desempenho muito forte, relacionado a empresas que atuam com commodities, como petróleo e minérios, e ao setor financeiro, com a alta dos juros. Foram movimentos atípicos. Quando os dados de 2023 são comparados aos daquele ano, há queda.

Outra explicação está num ponto que tem sido levantado quase diariamente pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. É o impacto de subvenções estaduais na base de cálculo desses dois tributos. Grandes empresas estão abatendo do IRPJ e da CSLL os benefícios do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedidos na guerra fiscal.

Uma medida provisória, a 1.185/2023, que busca resolver esse problema, está no topo das prioridades do governo para aprovação pelo Congresso Nacional. Segundo estimativas da Receita Federal, as subvenções estaduais serão base para reduzir a base de cálculo do IRPJ e da CSLL em R\$ 200 bilhões, com perda de R\$ 70 bilhões nas receitas desses dois tributos.

Procurado para comentar, o Ministério da Fazenda não retornou. **(Colaborou Jéssica Sant’Ana)**